

PROCEDIMENTOS DE DESQUALIFICAÇÃO DE DISCURSOS*

Diana Luz Pessoa de BARROS**

O Novo Dicionário Aurélio define desqualificação como o ato ou o efeito de desqualificar, ou seja, de tirar as boas qualidades ou a qualificação enquanto atributos necessários ao bom desempenho de uma função. Por sua vez desqualificado é aquele que perdeu as qualidades que o recomendavam à consideração pública. Privação de qualidades ou perda da consideração pública, a desqualificação, assim caracterizada, diz respeito, da mesma forma que a qualificação, a dois momentos distintos de uma sintaxe narrativa, na perspectiva dos estudos da narratividade: o da prova qualificante e o da prova glorificante de V. Propp(9). Em outras palavras, pode-se entender desqualificar como a ação de tirar do herói as qualidades necessárias à ação, uma espécie de prova qualificante às avessas; e ainda como a ação de julgar negativamente ou de desmacarar o vilão, um tipo de prova glorificante, também ao contrário.

Para uma teoria semiótica da narrativa (6) a desqualificação remete, na primeira acepção, ao percurso da manipulação, em que o Destinator determina os valores em jogo na narrativa e, de diferentes modos, persuade o Destinatário a agir segundo eles; na segunda acepção, ao percurso da sanção cognitiva, em que o Destinator interpreta as

*Parte das reflexões e análises efetuadas neste artigo encontram-se no texto "Desqualificação de discursos: alguns procedimentos". Anais do GEL, Franca, 1991.

**Departamento de Linguística - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USF

ações e seus resultados em um quadro de valores e, com base nessa interpretação, reconhece o sujeito como não cumpridor de seus compromissos. As duas acepções têm pontos em comum: ambas envolvem as relações cognitivas entre Destinador e Destinatário e não as relações pragmáticas entre o sujeito e o mundo, seu objeto; em ambas as relações têm caráter negativo desses percursos às avessas.

Como decorrência das duas concepções narrativas de desqualificação podem-se distinguir também dois procedimentos de desqualificação de discursos. No primeiro, com a desqualificação-manipulação, desqualifica-se o sujeito como meio de desqualificar seu discurso; no segundo, com a desqualificação-sanção, desqualifica-se o discurso para desqualificar seu sujeito e, a partir daí, demais ações e projetos seus.

1. Desqualificação do sujeito

No dia-a-dia da vida universitária, nos romances policiais ou nos textos de ambigüidade narrativa encontram-se bons exemplos de procedimentos de desqualificação de sujeitos como recursos para desqualificar seus discursos.

Assim é que em reuniões de professores universitários é comum ouvirem-se autoridades universitárias dirigirem-se a professores (doutores, livres-docentes, etc.), dizendo:

- A mocinha disse que...

- Vocês, jovens, pensam que...

ou

São procedimentos que têm por objetivo deixar claro que tais professores não têm, por razões diversas como as de serem jovens ou mulheres, competência para emitir opiniões sobre questões da universidade.

Conseqüentemente, suas opiniões, ações ou reflexões estão também automaticamente desqualificadas.

Nos romances policiais, da mesma forma, o detetive sempre desqualifica seu ajudante ou amigo, mostrando que lhe faltam os atributos necessários para esclarecer o crime. Vejam-se as falas de Sherlock Holmes sobre ou para Watson ou as de Poirot a respeito do Capitão Hastings. Assim, as soluções que esses auxiliares, em geral investidos do papel de narrador, apresentam, servem apenas para confundir o leitor e garantir o suspense, pois já foram, de antemão, desqualificadas.

Nos textos que produzem efeitos de ambigüidade narrativa(3) várias vozes são ouvidas e todas elas, de alguma forma, desqualificadas, por meio da desqualificação dos sujeitos. Assim, por exemplo, no conto *Jardim Selvagem*, de Lygia Fagundes Telles(4), o narrador é uma criança fantasiosa e os demais sujeitos discursivos a quem o narrador cede a palavra são uma tia decrépita e uma empregada ignorante. Em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis(7), Bentinho é caracterizado como fortemente influenciável e excessivamente ciumento; o agregado José Dias como calculista e amante dos superlativos. Desqualificados os sujeitos, fantasiosos, ignorantes, ciumentos, exagerados, suas vozes, visões e opiniões são também desqualificadas. Nenhuma das vozes, ao contrário do que ocorre no romance policial, é considerada "verdadeira" e, com isso, mantêm-se os dois percursos narrativos e produzem-se efeitos de ambigüidade.

2. Desqualificação do discurso

Os mecanismos de desqualificação do discurso e, a partir daí, do sujeito, são de

três tipos: o primeiro relacionado aos procedimentos conversacionais da interação verbal; o segundo, às noções de competência e erro lingüístico; o terceiro às questões da intertextualidade.

2.1 Desqualificação da participação conversacional do sujeito da interação

Esses procedimentos de desqualificação podem ser observados de duas perspectivas, na da Análise da Conversação e na das propostas de Goffman(5) sobre a face. No primeiro caso, basta pensar nos procedimentos de reformulação discursiva, como a paráfrase e a correção e nas funções interacionais que exercer na conversação, entre as quais a de desqualificação da fala e de seu sujeito. Assim, por exemplo, ao corrigir seu interlocutor, o falante, pelo "erro", pode desqualificá-lo.

Goffman define a face como a auto-imagem construída. A partir desse conceito, observa na conversação diferentes mecanismos de ameaça, restauração e preservação da face. Se as perguntas, por exemplo, ameaçam a face, os procedimentos de atenuação a preservam. Através dos mecanismos de interação verbal, desqualifica-se o sujeito.

2.2. Desqualificação pelo "erro" lingüístico

Nesse caso, o discruso é desqualificado por suas "incorreções", em geral relacionadas com as questões de variação e normas lingüísticas. Campanhas políticas dos últimos tempos servem de exemplo e, sobretudo, os usos políticos do "falar bem" de Jânio Quadros e do "falar mal" de Lula.

O "falar mal" de Lula, que se pode

contrapor ao "falar bem" de Jânio Quadros, ocupou espaço e tempo nos mios de comunicação, nas últimas eleições presidenciais, chegou à boca do povo, virou piada. Se, nos lugares acadêmicos, ninguém ignora o caráter político dos usos lingüísticos, o envolvimento de milhões de pessoas, o jogo pesado dos meios de comunicação e os recultados eleitorais do que se pode considerar como politização do lingüístico, ou melhor, "linguistização" do político, mesmo ali causou impacto.

O candidato Lula foi considerado "ignorante", "analfabeto"; deveu-se tal sanção cognitiva aos "erros" de seus discursos, ao fato de "falar mal", à sua (in)competência lingüística.

Trata-se, sem dúvida, de um dos mais utilizados procedimentos de desqualificação do discurso do outro, o de dizê-lo "errado", "incorreto". O emprego desse recurso esconde, em geral, o caráter ideológico de todo julgamento ou sanção, o caráter ideológico das noções de "erro" e "correção".

É necessário distinguir, em primeiro lugar, níveis de competência lingüística. A teoria semiótica distingue texto de discurso. O discurso é um dos patamares da construção do significado, o último, e resulta de um percurso de geração do sentido que vai do mais simples e abstrato, ao mais complexo e concreto. Nele, portanto, formas abstratas são investidas de conteúdos mais concretos pelo sujeito da enunciação que determina, também nessa instância, os pontos de vista selecionados para produzir o discurso. O discurso pertence ao plano do conteúdo. Já no texto, casam-se expressão e conteúdo, e as estruturas textuais devem ser entendidas como a manifestação do discurso por meio do plano da

expressão. O texto sofre, dessa forma, as injunções do plano da expressão.

Nos textos de Lula ocorrem, sem dúvida, problemas de concordância, são usadas formas pouco cultas, como o conhecido "menas", o léxico escolhido não é o de prestígio. Por outro lado, não há incompetência na organização de seu discurso: a estruturação narrativa é correta, a argumentação precisa e eficaz, utilizam-se recursos variados de projeção discursiva e cobertura figurativa adequada e mesmo rica. No entanto, só foram evidenciados os defeitos do texto e não as qualidades do discurso. Para a desqualificação, utilizou-se o nível mais superficial da organização lingüística, pois é o próprio investimento que está politicamente em jogo e não o percurso todo de produção de discursos.

Nesse caso, a concepção de ideologia como inversão do real e ocultamento faz-se presente. A norma culta, que foi infringida, não aparece como o registro de uma classe social, a dominante, mas como a norma de todos os brasileiros competentes, cultos e de prestígio. Confunde-se competência lingüística de um certo nível, com competência política e administrativa.

Com isso, mesmo sabendo que falar bem é usar a língua adequadamente em diferentes situações e não empregar, como Jânio, um registro sempre tenso, mesmo em ocasiões informais ou para um público incapaz de entendê-lo, deve-se reconhecer que, em certo sentido, Jânio Quadros falava bem, ainda quando usava pronomes em excesso ou vocabulário inadequado, pois passava a imagem da competência.

A fala de Lula foi desqualificada também por aqueles que utilizam o mesmo registro que ele, o que se explica pelo fenômeno de incorporação de fragmentos da

ideologia dominante. Se a concepção de ideologia como visão de mundo relativiza a "verdade", mostra que há vários saberes ligados às diferentes classes e reconhece contradições em cada forma de ver o mundo, não se pode esquecer, porém, que a ideologia dominante é tão abrangente que torna fragmentárias e muitas vezes contraditórias as demais organizações do saber pois elas incorporam elementos da representação dominante. Por isso e graças sobretudo aos meios de comunicação, a vantagem da compreensão e do entendimento entre Lula e os de mesmo registro lingüístico transformou-se no fato prejudicial de um discurso "errado" e incompetente.

Ao examinar redações de vestibulandos(2), constatou-se que nelas ocorre o inverso, pois, embora os vestibulandos escrevam "corretamente" e dominem, quase todos, a norma culta, suas redações pecam nas relações de pressuposição narrativa, nos recursos argumentativos, na escolha dos modos de passar o discurso ou na pobreza e inadequação dos temas e figuras. Preocupam-se os jovens vestibulandos em selecionar palavras "difíceis", mesmo que não tenham sentido no texto, preferem a inversão estilística do sujeito e do predicado, mais requintada, nunca empregam os verbos entrar ou ter, optando pelo "pretígio" de adentrar, haver ou possuir. Pouco importa que a narrativa seja frouxa ou o discurso pobre. Num certo momento, criticamos esses usos e insistimos na necessidade de se conhecer uma gramática narrativa e discursiva. Hoje, porém, damos a mão à palmatória. Chega-se assim à presidência da República, desde que se conte com os meios de comunicação, com os aparelhos capazes de impor ou de difundir tais valores.

Dentro desse mesmo quadro, tem

menos importância, por exemplo, o dequeísmo, erro mais nobre, pois nele incorrem, em geral, os falantes da norma de prestígio, com problemas de hipercorreção. Em artigo intitulado "Estão rindo de quê?", na revista *Imprensa*, de dezembro de 1990, página 18, Carlos Brickman diz que Collor e Abreu Sodré usam de que demais e lembra que "de Sodré ninguém falava e ele chegou a chanceler, onde podia falar errado em várias línguas. Falam do Lula. Só que o presidente Fernando Collor também é chegado a um "É preciso que o país compreenda de que...". E dele ninguém fala. Por de quê?"

Algumas das razões foram acima apontadas.

2.3 Desqualificação e intertextualidade

Para abordar o procedimento intertextual de desqualificação do discurso e de seu sujeito, escolheu-se o editorial do *Jornal da Tarde*, de 09 de fevereiro de 1991, intitulado o samba do educador doido* O texto

*O samba do educador doido. Uma prova inequívoca de que as associações corporativas encasteladas no Estado brasileiro continuam marchando na contração da História acaba de ser dada pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, que controla o di-a-dia de nossas universidades federais: na mesma semana em que o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética está aceitando o fim do monopólio do seu poder e a adoção de um sistema multipartidário, sepultando concepções totalitárias e valores anacrônicos, essa entidade está distribuindo aos professores universitários do país um jornal no qual defende exatamente aquilo que os soviéticos estão enterrando com um enorme atraso. Com erros grosseiros de português e com mentiras deslavadas, as três páginas do editorial do jornal da Andes mostram a que ponto podem chegar o embotamento de espírito e a alienação provocados pela deformação ideológica. Mais uma vez contrapondo o "proletariado" à "burguesia", como se fossem o santo guerreiro e o dragão da maldade, a entidade se vale dos sovados jargões marxistas para "interpretar" a vitória de Collor e a derrota de Lula nas eleições presidenciais, e para apresentar

de referência do editorial do *Jornal da Tarde* é um outro editorial, do *Jornal da ANDES* (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), de janeiro do mesmo ano. Não é a intenção deste trabalho defender o editorial da ANDES ou a própria Associação. Optou-se pelo editorial do *Jornal da Tarde* por

as promessas modernizantes do presidente eleito como imposição da "hegemonia burguesa" sobre "os sonhos de mudanças favoráveis na situação vivenciada pela maioria oprimida da população".

" Enquanto docentes e, portanto, agentes do processo educacional, a situação nos convida à reflexão: sem desprezar (e mesmo, ao contrário, valorizando) as enormes dificuldades da luta ideológica que precisa ser travada na sociedade brasileira, não podemos deixar de assinalar o fato de que a ignorância de amplas massas, articulada ideologicamente pelos setores dominantes da nossa sociedade, forneceu o caldo de cultura que propiciou alguns dos milhões de votos oferecidos a Collor" - diz o editorial.

Considerando a inflação como fruto da ambição dos banqueiros, acusando a iniciativa privada de pagar salários "pela metade de seu valor real", afirmando que a imprensa tem apresentado de "forma distorcida" os acontecimentos do Leste europeu, explicando a escassez de álcool hidratado como resultante de uma "greve branca dos produtores", e dizendo que "a histeria anticomunista" de Collor e da burguesia destruiu "a perspectiva de vitória de um projeto de hegemonia para os trabalhadores", o editorial apresenta alguns "encaminhamentos" para "organizar a resistência".

Desses "encaminhamentos", três merecem atenção pela sua falta de sensatez e de respeito pela vontade da maioria absoluta dos eleitores brasileiros. O primeiro é a proposta de se "barrar políticas de corte de salários, demissões de funcionários públicos e privatização de estatais". O segundo é a sugestão de se "manter em estado de alerta com vistas às medidas de impacto que o novo governo promete divulgar". E o terceiro é a idéia de se "fortalecer a CUT, uma vez que a resistência a políticas gerais lesivas ao interesse dos assalariados demanda ações conjuntas". Aí está demonstrada a disposição desse grupo de tumultuar a qualquer preço a ordem institucional.

Luz do que acaba de ocorrer na União Soviética, esse samba do educador doido é mais uma prova da cegueira ideológica dos nossos docentes. No contexto da crise nacional é a demonstração de uma burrice que poderia ser cômica, caso não tivesse uma faceta trágica, na medida em que é essa gente que está (de)formando as novas gerações de estudantes universitários.

oferecer ele um bom exemplo de procedimentos discursivos de desqualificação do discurso de esquerda e dos discursos em geral, por meio das relações intertextuais, e por se referir a questões diretamente relacionadas com a Universidade.

Antes da análise propriamente dita cabem algumas observações mais gerais sobre os editoriais e sobre as relações entre discurso e ideologia. O reconhecimento da condição ideológica do discurso é um dos pontos de que parte este trabalho. O caráter ideológico do discurso não deve ser contraposto à neutralidade da língua. Acredita-se, com Bakhtin(1), que no sistema da língua se imprimem, historicamente, as marcas ideológicas do discurso. O signo torna-se dessa forma, segundo o mesmo autor, "a arena onde se desenvolve a luta de classes". Assim caracterizada, a língua não é neutra, mas complexa, pois tem o poder de instalar uma dialética interna, em que se atraem e, ao mesmo tempo, se rejeitam elementos julgados inconciliáveis. Dois tipos de discurso são, por conseguinte, possíveis: os discursos autoritários, que escolhem um dos polos, um dos valores e em que se abafam os percursos em conflito e se prega uma verdade única, absoluta e indiscutível; os discursos poéticos, que conseguem manter a polêmica em seu interior, por meio de diferentes procedimentos narrativos e discursivos, e que se caracterizam, portanto, como discursos da inclusão e não da exclusão.

Os editoriais em análise pertencem ao primeiro grupo, ao dos discursos cristalizados e sem contestações. Nesses discursos, a polêmica só se instala pelas relações intertextuais, pois neles apenas o diálogo entre textos restabelece, em parte, o jogo das muitas vozes. O editorial do *Jornal da Tarde* recusa o do *Jornal da ANDES* e este

trabalho é uma outra voz, que se acrescenta à polifonia intertextual.

O editorial do *Jornal da Tarde* é do ponto de vista da organização narrativa, uma avaliação negativa do discurso de esquerda e de seus produtores, os professores universitários. O editorialista assume o papel do destinador - julgador a quem cabe desmascarar o sujeito que não cumpriu o contrato assumido, qual seja o de educar, de "formar as novas gerações de estudantes universitários". O sujeito é julgado a partir de sua ação, no caso o seu discurso, e desqualificado, pois, segundo o editorialista, não tem ele competência para formar os jovens, não quer fazê-lo porque está "embotado, alienado, cego e também deformado"; não sabe fazê-lo porque é "insensato e burro". Desmascara-se o sujeito, que, em lugar de formar, deforma: ele parecia herói, enquanto professor universitário e, por princípio, detentor do saber, é julgado mentiroso (pois apenas parecia ter as qualidades do educador mas não as possuía) e, finalmente, reconhecido como vilão.

O desmascaramento, a passagem do herói a vilão, é a noção de base do texto em que o editorialista nega os temas do discurso de esquerda e o próprio discurso, revelando suas mentiras. Três grandes temas desenvolvem-se na narrativa do desmascaramento: o do saber contraposto à ignorância, o do progresso e da modernidade em oposição ao anacronismo e ao atraso e o da existência da esquerda e da direita. Desmascara-se a ignorância que se esconde sob a aparência do saber, revela-se o anacronismo, o desgaste e o atraso ocultos por um parecer progressista, novo e moderno, afirma-se, enfim, a ignorância e o anacronismo do discurso de esquerda.

A tematização do saber liga-se ao

investimento do sujeito que está sendo julgado, professores do ensino superior, agentes do processo educacional, que cometem "erros grosseiros de português", dizem "mentiras deslavadas", são "burros", "doidos", "cegos", "insensatos". Para chegar a essa avaliação basta, na opinião do editorial em exame, ler o jornal da ANDES. O objetivo é, sem dúvida, entre outros, o de desacreditar o professor universitário, atingindo-o em sua qualificação fundamental, a do saber. A partir daí, as críticas, observações ou ações desses professores desqualificados perdem alcance, valor ou credibilidade.

O segundo tema tem também seus traços semânticos rastreados no discurso em que se contrapõem as "promessas modernas do presidente eleito" aos "sovados jargões marxistas". Desenvolve-se principalmente de modo temporal: o anacronismo, oposto ao progresso e à modernidade, caracteriza-se por "marchar na contramão da História". Duas configurações recobrem esse tema, uma relacionada ao conteúdo vida e morte, outra ligada à figura da deterioração pelo uso, ambas presas à noção de tempo que passa. Dessa forma, o anacronismo do discurso de esquerda ocorre nas figuras de sepultamento, enterro, fim ("que os soviéticos estão enterrando com um enorme atraso", "sepultando concepções autoritárias e valores anacrônicos", "fim do monopólio do seu poder") ou como "sovado" e "desgastado". Caminha-se em direção à morte.

O recurso de dizer antiquado, ultrapassado, velho, sovado é a nosso ver, o procedimento retórico por excelência utilizado para a desqualificação e exclusão do discurso de esquerda e, por que não, também de outros discursos, como os científicos.

A força do recurso reside na combinação da categoria semântica articulada em velho vs novo ou antiquado vs moderno com a categoria veridictória do desmascaramento. O discurso de esquerda, que sempre aparentou ser "moderno", "novo", "progressista" (da mesma forma que o professor parecia saber) frente aos discursos "gastos" da direita, vê-se desmascarado como "atrasado e ultrapassado" pelos fatos do Leste Europeu. O desmascaramento é a afirmação de que aquilo que parece verdadeiro no fundo não o é, mas se mostra falso. O discurso de esquerda é, dessa forma, tachado de mentiroso e revelado como falso.

Para obter tal resultado, o editorialista ressalta as reiteraões e a falta de novidade de um discurso que repete acusaões, críticas e propostas de soluões já ouvidas em todos os setores da esquerda. É o uso lingüístico que desgasta, pois os salários continuam baixos, a imprensa prossegue nas distorões de notícias, há histeria anticomunista, dizê-lo, porém, torna-se, com essa estratégia, lugar comum, anacronismo e, finalmente, mentira. Atingem-se os objetivos.

O procedimento retórico empregado baseia-se em argumentos conhecidos: o exemplo, a ilustração ou o anti-modelo. Todos eles pertencem ao tipo de argumentação em que se fundamenta o real pelo recurso ao caso particular(8). No exemplo, recorre-se ao caso particular para chegar-se a uma generalização; na ilustração, o caso particular vem confirmar ou apoiar uma regra já estabelecida. No editorial argumenta-se pelo exemplo: os acontecimentos do Leste Europeu, "o que acaba de ocorrer na União Soviética" permitem concluir que os princípios da esquerda são erros grosseiros e "anacronismos". Certos trechos do editorial,

tais como "as Associações corporativas continuam marchando na contramão da História", mostram, porém, já pela pressuposição lingüística, que as ocorrências do Leste Europeu vieram apenas confirmar, ilustrar, aquilo que o editorialista já sabia e em que acreditava, ou seja, que o discurso da esquerda está velho e cego. Cabe ainda observar que esses recursos de argumentação são apresentados no editorial como provas ou demonstração. "Uma prova inequívoca" começa o editorial, que termina repetindo "é mais uma prova da cegueira ideológica de nossos docentes", "a demonstração de uma burrice". Oculta-se o caráter argumentativo do texto, em favor da demonstração, das provas lógicas, racionais. Provados, demonstrados o anacronismo e a burrice do discurso, docentes do ensino superior e a esquerda do país surgem como anti-modelos que não devem ser seguidos.

Os temas e figuras do discurso de esquerda que se disseminam no jornal da ANDES e que são retomados pelo editorial do *Jornal da Tarde* e sofrem as avaliações acima mencionadas são, entre outros, o da luta de classes, entre proletariado e burguesia, o da exploração do trabalhador, o da imprensa que serve a classe dominante, e o da responsabilidade e culpa da classe dominante na crise nacional. Como se viu, graças às estratégias utilizadas são esses assuntos vencidos ou mentiras que não devem ser consideradas.

Como as estratégias de desqualificação de discurso apontadas, principalmente as de dizê-lo anacrônico, falso e ignorante, e com o ocultamento dos recursos de argumentação, o editorial do *Jornal da Tarde* pôde, finalmente, negar a existência da esquerda e da direita, ou melhor, do discurso da esquerda e da direita,

que só continuam a existir na boca dos saudosistas. Deu-se o último passo: o discurso, desqualificado por estar ultrapassado e ser mentiroso, tem sua própria existência negada. Dessa forma, o editorial do *Jornal da Tarde* apresenta-se como um discurso neutro, nem da esquerda nem da direita, mas discurso sem ideologia, como se isso fosse possível, discurso da opinião pública do país, com condições, portanto, de desqualificar o outro discurso. A desqualificação tem, assim, mais força, pois foi operada por um discurso que se afirma neutro e da verdade única.

Reuniram-se neste trabalho alguns procedimentos de desqualificação de discursos e de sujeitos, examinados na perspectiva principalmente da análise de textos e de discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAKHTIN, M. - *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
2. BARROS, D.L.P. de. *A festa do discurso. Teoria do discurso e análise de redações de vestibulandos*. Tomo II. Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.
3. BARROS, D.L.P. de (1990) - De l'ambiguïté de certains textes. *Voies Livres*, 31: 1-12., 1990.
4. FAGUNDES TELLES, L. Jardim Selvagem. In: *Mistérios*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

5. GOFFMAN, E. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo S.R.L., 1970.
6. GREIMAS, A.J. e Courtés, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, s/d.
7. MACHADO DE ASSIS, J.M. *Dom Casmurro*. In: Coutinho, A. (org.) *Machado de Assis. Obra completa*. . vol.I, Rio de Janeiro: Aguilar, 1959.
8. PERELMAN, C. e Olbrechts- Yeteca. *Traité de L'argumentations. La Nouvelle rhétorique*. Bruxelas: Ed. de l'Université de Bruxelles.
9. PROPP, V. *Morphologie du conte*. Paris: Seuil., 1970.